

PARECER INDEPENDENTE

CRA Verde Colombo Agroindústria



SITAWI Finanças do Bem

Rua Voluntários da Pátria, 301/301 - Botafogo

22270-003 - Rio de Janeiro/RJ

contact@sitawi.net | +55 (21) 2247-1136

28 de Janeiro de 2021

 **SITAWI**
FINANÇAS do BEM

Sobre a SITAWI

A SITAWI é uma organização brasileira que mobiliza capital para impacto socioambiental positivo. Desenvolvemos soluções financeiras para impacto social e assessoramos o setor financeiro a incorporar questões socioambientais na estratégia, gestão de riscos e avaliação de investimentos. Somos uma das 5 melhores casas de pesquisa socioambiental para investidores de acordo com o Extel Independent Research in Responsible Investment – IRRI 2019 e a primeira organização latino-americana a avaliar as credenciais verdes de títulos de dívida.

Sumário

1. Escopo.....	2
2. Opinião	4
3. Avaliação da Emissão.....	6
3.1. Uso dos Recursos	6
3.2. Processo de seleção e avaliação de projetos	7
3.3. Gestão dos Recursos	11
3.4. Relato	12
4. Performance Socioambiental da Colombo Agroindústria	13
Green Bond Principles Form.....	18
Anexo I – Avaliação das práticas da Colombo Agroindústria e do Protocolo Etanol Mais Verde frente às exigências do critério de Bioenergia do Climate Bonds Standard	22
Anexo II - Método	29

1. Escopo

O objetivo deste Parecer Independente é prover uma opinião sobre o enquadramento como Título Verde (“Green Bond”) da emissão do Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) a ser emitido pela Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. (“Emissora”), securitizadora habilitada pela CVM, lastreado em debêntures emitidas pela Colombo Agroindústria S.A, em volume equivalente à quantidade de Debêntures, aos quais os Direitos Creditórios serão vinculados. Os recursos obtidos com a emissão serão utilizados para financiar a produção de biocombustível da usina.

A SITAWI utilizou seu método proprietário de avaliação, que está alinhado com os *Green Bond Principles* (GBP)¹, *Climate Bonds Standards*² e outros padrões de sustentabilidade reconhecidos internacionalmente.

A opinião da SITAWI é baseada em:

- Avaliação da emissão de acordo com termo de securitização, escritura de debênture e outros documentos legais, além de entrevistas com a equipe da Emissora e da Colombo Agroindústria;
- Avaliação dos benefícios ambientais e climáticos das operações de produção de etanol da Colombo Agroindústria;
- Desempenho ambiental, social e de governança corporativa (ASG) da Colombo Agroindústria de acordo com políticas e práticas da empresa.

A análise utilizou informações e documentos fornecidos pela securitizadora e Colombo Agroindústria, alguns de caráter confidencial, pesquisa de mesa e entrevistas com equipes responsáveis nas áreas de sustentabilidade e financeira, realizadas de forma remota. Esse processo foi realizado em dezembro de 2020 e janeiro de 2021.

O processo de avaliação consistiu em:

- Planejamento da avaliação;
- Realização da avaliação, incluindo a preparação do cliente, obtenção de evidências e avaliação;
- Elaboração da conclusão da avaliação;
- Preparação do relatório da avaliação.

A SITAWI teve acesso a todos os documentos e pessoas solicitadas, podendo assim prover uma opinião com nível limitado³ de asseguarção em relação a completude, precisão e confiabilidade.

O processo de avaliação foi realizado de acordo com princípios gerais relevantes e padrões profissionais de auditoria independente, e em linha com a Norma Internacional sobre Compromissos de Avaliação que não sejam auditorias ou revisões de informações financeiras históricas (ISAE 3000), Norma Internacional em Controle de Qualidade (ISQC 1, 2009) e Código de Ética para Contadores Profissionais do *International Ethic Standards Board for Accountants* (IESBA, 2019).

A emissora pretende obter a classificação de Título Verde, em linha com o Guia para Emissão de Títulos Verdes no Brasil 2016 (Febraban e CEBDS)⁴, a publicação NÃO PERCA ESSE BOND⁵ e *Green Bond Principles*, versão de junho de 2018. Essa

¹ <https://www.icmagroup.org/green-social-and-sustainability-bonds/green-bond-principles-gbp/>

² <https://www.climatebonds.net/standard>

³ Veja explicação na seção metodologia.

⁴ https://info.sitawi.net/guia_titulos_verdes_2016

⁵ <https://info.sitawi.net/naopercaessebond>


classificação será confirmada um ano após a emissão, com base em um Parecer de pós-emissão a ser realizado pela SITAWI.

2. Opinião

A SITAWI confirma que o Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) está alinhado aos Green Bond Principles (GBP) e, portanto, pode ser caracterizado como “CRA Verde”, com contribuições positivas para conservação do meio ambiente, clima e desenvolvimento sustentável. Essa conclusão é baseada nas duas avaliações a seguir:

- Emissão (seção 3)
 - a. Os recursos do CRA serão utilizados em custos operacionais para produção de biocombustível etanol das três usinas da empresa. Em termos ambientais, a atividade da empresa promove a redução das emissões de gases de efeito estufa no setor energético e de transporte pela substituição de combustíveis fósseis por biocombustíveis, sendo uma atividade fundamental na transição para uma economia de baixo carbono que atinja a meta de até 2°C de aquecimento do planeta. As categorias sublinhadas são contempladas pelos critérios GBP e CBI Taxonomy.
 - b. Os recursos da emissão dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio serão utilizados pela Emissora para aquisição de debêntures emitidas pela Colombo Agroindústria, e serão usados por esta para produção de etanol e cogeração de energia através de biomassa.
 - c. Os recursos captados serão investidos temporariamente em investimentos de liquidez diária e baixo risco, sem risco significativo de alocação temporária em atividades carbono intensivas.
 - d. A Colombo Agroindústria deverá prestar contas acerca da alocação dos recursos nos projetos elegíveis à Emissora e aos investidores a cada 6 (seis) meses a contar da Data de Integralização até a data de liquidação integral dos CRA, em caso de vencimento das Debêntures ou a qualquer momento mediante solicitação da Emissora, Autoridades e Agente Fiduciário. Além disso, realizará reporte anual a respeito dos impactos ambientais associados à presente emissão.
- Empresa (seção 4)
 - a. A Colombo Agroindústria possui uma performance ASG confortável, com desempenho confortável nas dimensões Ambiental, Gestão Socioambiental, Comunidades e Trabalhadores;
 - b. Não foi identificada nenhuma controvérsia negativa envolvendo a empresa;
 - c. Dessa maneira, consideramos a empresa apta a gerir e mitigar riscos ASG de seu projeto.


Equipe técnica responsável



Camilla Aguiar
Analista
cfontenelle@sitawi.net



Isabela Coutinho
Analista
icoutinho@sitawi.net



Cristóvão Alves
Avaliador Líder
calves@sitawi.net



Gustavo Pimentel
Revisor e Controle de
Qualidade
gpimentel@sitawi.net

Rio de Janeiro, 28/01/2021

Declaração de Responsabilidade

A SITAWI não é acionista, investida, cliente ou fornecedora da Emissora ou da Colombo Agroindústria. A SITAWI declara, desta forma, não possuir conflito de interesse e estar apta a emitir uma opinião independente acerca da emissão.

As análises contidas nesse parecer são baseadas em uma série de documentos, parte destes confidenciais, fornecidos pela Emissora e pela Empresa. Não podemos atestar pela completude, exatidão ou até mesmo veracidade destes. Portanto, a SITAWI⁶ não se responsabiliza pelo uso das informações contidas nesse parecer.

ISSO NÃO É UMA RECOMENDAÇÃO

Frisamos que todas as avaliações e opiniões indicadas nesse relatório não constituem uma recomendação de investimento e não devem ser consideradas para atestar a rentabilidade ou liquidez dos papéis.

⁶ A responsável final por esse relatório é a KOAN Finanças Sustentáveis Ltda., que opera sob o nome fantasia de SITAWI Finanças do Bem

3. Avaliação da Emissão

A SITAWI utilizou seu método proprietário de avaliação, que está alinhado aos Green Bond Principles (GBP). Os GBP são diretrizes que auxiliam o mercado a compreender os pontos chave de um produto financeiro e como ele se caracteriza como Verde. Mais detalhes sobre esses princípios podem ser encontrados na seção “Método”.

A aderência aos GBP, embora seja um processo voluntário, sinaliza aos investidores e outros agentes de mercado que o investimento segue padrões adequados de desempenho em sustentabilidade e transparência. Nas subseções a seguir, analisaremos o alinhamento do CRA Verde da Emissora aos quatro componentes dos GBP.

3.1. Uso dos Recursos

A emissão do Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA Verde) no valor de R\$ 360 milhões será realizada pela Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., securitizadora habilitada pela CVM, lastreada em Debêntures de colocação privada emitidas pela Colombo Agroindústria. Os recursos obtidos serão utilizados pela Colombo Agroindústria para custos operacionais para produção biocombustível etanol da usina, além de cogeração de energia.

Uma vez que os recursos serão canalizados para os projetos através de uma estrutura de securitização, a emissão enquadra-se no tipo “Securitisatation (ABS) Bond”, instrumento financeiro previsto nos Climate Bonds Standards (CBS).

A produção de etanol de cana de açúcar no Brasil pode contribuir duplamente para uma economia de baixo carbono: i) sua queima por veículos automotores gera um menor volume de emissões de gases de efeito estufa na atmosfera em comparação com combustíveis fósseis tradicionais; ii) pelo potencial de captura de carbono associada ao cultivo de cana de açúcar, quando consideramos uma análise de ciclo de vida.

De acordo com o critério de Bioenergia da Climate Bonds Standards, o financiamento de matérias primas de usinas produtoras de biocombustíveis e de cogeração de eletricidade a partir de biomassa são elegíveis a emissão de Climate Bonds.

De acordo com a publicação ‘Não Perca Esse Bond’ a produção de etanol de cana tem potencial de reduzir em aproximadamente 90% as emissões de GEE durante seu ciclo de vida quando comparada com a gasolina. A publicação também considera que a cogeração de energia nesse contexto tem potencial de redução de emissões de GEE de 90% quando comparada com produções que não a incluam, se aproximando da neutralização, porque a matéria orgânica de origem absorve carbono durante seu crescimento. A redução é considerada ainda mais significativa quando se compara a emissão de metano que esses resíduos teriam se fossem destinados para aterro.

Além disso, a emissão pode contribuir com as metas brasileiras para o acordo de Paris, nomeadamente:

- aumentar a participação de bioenergia sustentável na matriz energética brasileira para aproximadamente 18% até 2030, expandindo o consumo de biocombustíveis, aumentando a oferta de etanol, inclusive por meio do aumento da parcela de biocombustíveis avançados (segunda geração), e aumentando a parcela de biodiesel na mistura do diesel;
- expandir o uso de fontes renováveis, além da energia hídrica, na matriz total de energia para uma participação de 28% a 33% até 2030;

- expandir o uso doméstico de fontes de energia não fóssil, aumentando a parcela de energias renováveis (além da energia hídrica) no fornecimento de energia elétrica para ao menos 23% até 2030, inclusive pelo aumento da participação de eólica, biomassa e solar.

Portanto, os recursos captados pela emissão do CRA têm elegibilidade para serem caracterizado como Verdes, uma vez que estão alinhados ao Princípio 1 de Títulos Verdes, entregando benefícios ambientais e climáticos e estão alinhados com padrões reconhecidos como CBI, o Acordo de Paris e a publicação 'Não Perca Esse Bond'.

3.2. Processo de seleção e avaliação de projetos

A Colombo Agroindústria, a quem os recursos serão destinados, tem por objeto social, nos termos do artigo 2º de seu estatuto social, (a) a fabricação de açúcar, álcool, aguardente e derivados; (b) a produção e a comercialização de energia elétrica; e (c) a participação no capital social de outras sociedades.

Neste sentido, a redução na emissão de gases de efeito estufa pela substituição do uso de combustíveis fósseis a partir do uso de biocombustíveis e geração de energia elétrica a partir de biomassa são intrínsecos, ainda que não exclusivos, à operação da empresa. A divisão entre recursos destinados a produção de açúcar e etanol varia a cada safra. Para as últimas quatro safras, a divisão de custos ocorreu conforme demonstrado na tabela abaixo. A empresa e suas operações foram avaliadas com base na legislação aplicável e nos padrões de desempenho do IFC. Os resultados estão apresentados no item [4](#).

Safra	Gastos associados a produção de etanol (R\$ MM)	Gastos associados a produção de açúcar (R\$ MM)	Total (R\$ MM)
2017/2018	519,06 (50,19%)	515,06 (49,81%)	1.034,12
2018/2019	441,76 (47,69%)	484,60 (52,31%)	926,37
2019/2020	411,21 (40,32%)	608,73 (59,68%)	1.019,95
2020/2021	544,35 (50,43%)	535,10 (49,57%)	1.079,46
Total	1.912,38	2.147,51	4.059,90

Para a presente emissão, os recursos serão destinados exclusivamente para a compra de insumos agrícolas necessários à produção de etanol pela companhia para a safra de 2021/2022, conforme descrito na escritura de sua debênture.

Em relação a cogeração, nas últimas três safras, entre 24,9% e 25,7% da energia elétrica produzida foi exportada. Considerando que a energia gerada, tanto consumida internamente quanto exportada, evita que a empresa e os importadores de sua energia adquiram energia gerada a partir de outras fontes potencialmente emissoras de gases de efeito estufa (GEE), como no Sistema Interligado Nacional, ou evitam o despacho de usinas carbono intensivas, esse benefício ambiental é quantificado para as três últimas safras na tabela abaixo. Para cálculo da emissão de gases de efeito estufa (GEE)

evitada anual foi considerado que a média de toneladas de CO_2e emitidas por MWh gerado na matriz elétrica brasileira⁷ em 2019 seria evitada por MWh gerado pela Colombo Agroindústria.

Safra	2018/2019	2019/2020	2020/2021
Energia produzida (MWh)	470.744,8 (49,4%)	448.912,2 (50%)	481.988,4 (50%)
Consumo interno (MWh)	239.467,6 (25,1%)	218.229,4 (24,3%)	237.093,0 (24,6%)
Exportação (MWh)	236.626,3 (24,9%)	230.698,2 (25,7%)	244.953,4 (25,4%)
Energia comprada (MWh)	5.349,1 (0,6%)	15,4 (0,002%)	58 (0,01%)
Emissões evitadas associadas a energia produzida (tCO₂e)	35.305,9	33.668,5	36.149,2

De acordo com o critério de Bioenergia do Climate Bonds Standard, o financiamento de matérias primas para produção de biocombustíveis e cogeração de eletricidade a partir de biomassa são elegíveis a emissão de Climate Bonds. Para isso, a operação desses ativos deve atingir algumas exigências específicas, a saber:

- 1) Limite de emissões de gases de efeito estufa;
- 2) Risco de impacto indireto sobre o uso da terra;
- 3) Adaptação e resiliência às mudanças climáticas;
- 4) Certificação de matérias primas de acordo com melhores práticas.
- 5) Impactos sobre a segurança alimentar

A análise de conformidade das operações da Colombo Agroindústria com as exigências do Padrão de Bioenergia do Climate Bonds Standard será demonstrada a seguir.

Exigência 1: Limite de emissões de gases de efeito estufa

Para usinas produtoras de biocombustíveis, é necessário que a intensidade de emissões de gases de efeito estufa na produção e consumo dos biocombustíveis atenda ao seguinte critério:

Usinas produzindo biocombustíveis líquidos para transporte: 18,8gCO₂eq/MJ.

Nesse valor devem estar incluídas as emissões oriundas das fases agrícola, industrial, transporte e uso do biocombustível.

Para calcular a intensidade de emissões de gases de efeito estufa das operações da Colombo Agroindústria, foi utilizada a ferramenta RenovaCalc, desenvolvida pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, apoiada por diversos corpos técnicos e universidades e que vem sendo utilizada para implementação da Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio) no Brasil⁸. Vale ressaltar que essa ferramenta é aceita pelo CBI em seu esquema de certificação.

De acordo com a avaliação da intensidade de emissões da Colombo Agroindústria, podemos concluir que sua atividade de produção de etanol hidratado está 4,3% e 6,9% acima do limite máximo de emissões no ciclo de vida definido pelo Climate Bonds Standard em duas das usinas contempladas na emissão:

⁷ Média de 0,0750 tCO₂/MWh gerado na matriz brasileira de acordo com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (2019)

⁸ Detalhes técnicos sobre o uso da ferramenta podem ser encontrados no link: <https://bit.ly/2KuqeLy>

Etapa da produção e consumo (gCO ₂ eq/MJ)	Unidade Ariranha	Unidade Palestina	Unidade Sta. Albertina
Agrícola	16,2	16,4	14,7
Industrial	1,1	1,1	1,0
Transporte	1,6	1,9	1,9
Uso	0,7	0,7	0,7
Total	19,6	20,1	18,2

No entanto, o combustível produzido pela Colombo Agroindústria nas unidades Ariranha e Palestina representam uma redução de, respectivamente, 78% e 77% nas emissões quando comparados à gasolina, apresentando nota de eficiência energético-ambiental⁹ de 67,8 e 67,3 gCO₂e/MJ. A empresa está apta a emitir Créditos de Descarbonização (CBIOS), que são comprados por distribuidoras de combustíveis para comprovar o cumprimento de metas de descarbonização.

Exigência 2: Risco de impacto indireto no uso da terra

Produtores de biocombustível devem garantir que sua matéria prima tenha baixo impacto de mudança indireta no uso da terra. De acordo com o critério de elegibilidade do setor de Bioenergia do CBI, isso pode ser provado através de:

- Ganhos de rendimento: A produção da matéria prima deve apresentar ganho de rendimento sem aumentos adicionais no uso da terra; e/ou
- Uso da terra: A produção de biocombustível não deve ameaçar a produção de outros alimentos; e/ou
- Uso de resíduos: A matéria prima usada é advinda de outras produções como resíduo, e não necessita de área dedicada para cultivo.

Segundo dados enviados pela empresa - dispostos na tabela abaixo - não houve ganho na produtividade entre 2017/2018 e 2020/2021.

Safra	Toneladas de cana por hectare
2017/2018	87,86
2018/2019	79,39
2019/2020	81,53
2020/2021	82,97

O motivo apresentado pela empresa para a redução na produtividade seria a ocorrência de condições climáticas adversas. Entre os muitos efeitos das mudanças climáticas na produtividade agrícola podemos citar a diminuição/alteração nas áreas agricultáveis e, conseqüentemente, alteração no zoneamento de áreas de plantação. Assim, a diminuição da pluviosidade, ocorrência de secas e alteração da temperatura média podem alterar fortemente a qualidade da plantação.

De fato, o relatório publicado pela União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA) e parceiros¹⁰, mostra que a precipitação média mensal nas safras 2018/2019 e 2019/2020 - que abrange os meses de abril a março do ano seguinte – declinou, respectivamente, 12,86% e 19,24% em relação à média histórica.

⁹ A nota representa valor inversamente proporcional à intensidade de carbono do biocombustível produzido, refletindo a contribuição individual da empresa para mitigação de uma quantidade específica de gases de efeito estufa em relação ao seu substituto fóssil

¹⁰ <https://observatoriodacana.com.br/listagem.php?idMn=119>

A Colombo Agroindústria possui três plantas industriais de produção de etanol localizadas no Estado de São Paulo: Usina Ariranha, Usina Palestina e Usina Santa Albertina. Juntas, as usinas têm capacidade de moagem de 10 milhões de toneladas de cana-de-açúcar. Cerca de 90% da matéria-prima é oriunda de 119.331 hectares de terra próprias.

No estado de São Paulo, de acordo com dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), entre as safras de 2015/2016 e 2018/2019, a área dedicada ao cultivo de arroz, feijão, soja e milho cresceu 9,1%, enquanto a área dedicada ao cultivo de cana de açúcar reduziu em 1,6%. A quantidade desses alimentos produzida (em toneladas) em SP cresceu 16,8% no mesmo período, enquanto a de cana reduziu em 9,4%. Dessa forma, o cultivo de cana parece não ter afetado negativamente o uso da terra para cultivos alimentícios.

A empresa afirmou que 100% das terras utilizadas atualmente para o cultivo da cana-de-açúcar, inclusive a de fornecedores, eram anteriormente utilizadas para o cultivo de grãos. A verificação dessa informação ocorreu em nível regional e não foi feita a análise georreferenciada da disposição de terras da empresa.

Exigência 3: Adaptação e resiliência às mudanças climáticas

Atualmente, o Departamento Agrícola da empresa faz o acompanhamento periódico dos índices pluviométricos, mantendo inclusive, a série histórica dessa checagem. Adicionalmente, a empresa relata buscar periodicamente amostras e levantamento de fatores climáticos junto a empresa terceirizada para planejamento e gestão do canavial.

Para além do acima pontuado, a empresa não possui processos de avaliação de riscos climáticos para sua produção e em stakeholders, nem implementação de estratégias para mitigação e adaptação a riscos climáticos. A empresa possui planos de elaboração de estudos mais específicos ao tema no futuro, mas ainda sem previsão de data.

De acordo com o estudo "[Economia da Mudança do Clima no Brasil: Custos e Oportunidades](#)", as mudanças climáticas terão impacto positivo sobre a cultura de cana de açúcar no Brasil no longo prazo, com previsão de crescimento da produtividade até 2050.

Exigência 4: Certificação de melhores práticas para matérias primas

A empresa deve garantir que a matéria prima utilizada para produção de biocombustíveis atende a uma série de critérios para mitigação de eventuais impactos ambientais negativos.

A Colombo Agroindústria possui certificação Etanol Mais Verde para suas três usinas. Essa certificação é concedida pelo Governo do Estado de São Paulo, indicando que atende a uma série de boas práticas ambientais na produção de biocombustíveis. Cerca de 10% da cana utilizada é adquirida de fornecedores externos. Não são exigidas certificações destes. Uma avaliação das boas práticas da empresa frente às exigências do critério de Bioenergia do *Climate Bonds Standard*, que incluem as práticas com relação a matéria prima, está disponível no [Anexo I](#).

Exigência 5: Impactos sobre a segurança alimentar

Os emissores devem avaliar se a matéria prima utilizada para produção de biocombustíveis é proveniente de países ou regiões em elevado risco de segurança alimentar. Em caso positivo, deve ser realizada uma análise de impactos sobre a produção de alimentos e medidas de mitigação dos riscos.

De acordo com o *Global Hunger Index do International Food Policy and Research Institute*, o Brasil é um país com baixo risco de segurança alimentar.

Dado que toda a cana de açúcar utilizada para produção de biocombustível pela Colombo Agroindústria é proveniente de cultivo no Brasil, a empresa atende à exigência.

Podemos então concluir que a operação da Colombo Agroindústria, que será favorecida pela emissão do CRA Verde, tem um processo robusto de seleção e avaliação de projetos. No entanto, foram identificadas lacunas específicas para o cumprimento do critério de Bioenergia do Climate Bonds Standard.

3.3. Gestão dos Recursos

Será realizada a emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) conforme as regras da Instrução CVM 600, no valor de até R\$ 360.000.000,00 (trezentos e sessenta milhões de reais). Os CRA supracitados estão lastreados na primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, em até duas séries, para colocação privada, da Colombo Agroindústria.

A Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., com os recursos obtidos da subscrição e integralização dos CRA, fará o pagamento das debêntures à Colombo Agroindústria.

Os recursos serão integralmente destinados para custos relacionados à produção de etanol, mais especificamente para a produção, comercialização, beneficiamento e industrialização de cana destinada à produção de etanol. De acordo com a previsão de gastos para a safra de 2021/2022, estima-se que a emissão corresponda a aproximadamente 69,5% do orçamento para a produção de etanol, conforme indicado na tabela abaixo.

Safra	(A) Estimativa de gastos associados a produção de etanol (R\$ MM)	(B) CRA Verde (R\$ MM)	(B) / (A)
2021/2022	518,0	360	69,5%

Os recursos captados pela Eco Securitizadora pela emissão dos CRA serão destinados a Colombo Agroindústria na data de liquidação. Estes poderão ter investimentos temporários em títulos públicos, certificados de depósitos bancários, e outros investimentos de liquidez diária e baixo risco junto a instituições financeiras. Como esses instrumentos financiam a operação do governo e de instituições financeiras como um todo, não há risco direto de alocação em atividades carbono intensivas. Os resultados decorrentes desse investimento integrarão automaticamente o respectivo Fundo de Despesas.

O termo de securitização possui cláusula de vencimento antecipado caso haja destinação dos recursos obtidos através das debêntures de maneira diversa daquela prevista na Cláusula 4.4 da Escritura de Emissão e Cláusula 5 do Termo de Securitização (compra de insumos agrícolas necessários à produção e industrialização de etanol e energia pela empresa) ou que sejam destinados para atividades e produtos

que não possuem licenciamento ambiental válido e vigente, nos termos da Legislação Socioambiental.

Vale ressaltar que os gastos operacionais da Colombo com a produção de etanol e energia não foram objeto de outra emissão de títulos verdes.

Com base na análise realizada sobre a gestão de recursos, podemos concluir que existe um procedimento claro e transparente para garantir que os recursos sejam destinados para os projetos que sustentam a classificação de Título Verde da emissão.

3.4. Relato

A Colombo Agroindústria se compromete a monitorar e relatar informações financeiras, ambientais e climáticas relacionadas aos projetos. Esses resultados serão acompanhados para garantir que os recursos alocados e a performance dos projetos permaneçam alinhados aos critérios de elegibilidade dos GBP e aos padrões de sustentabilidade citados.

A empresa reportará anualmente em seu website a evolução dos indicadores ambientais abaixo:

- a. Destinação efetiva dos recursos para os usos previstos;
- b. Divisão percentual entre a produção de açúcar e etanol na safra;
- c. Divisão entre cogeração elétrica consumida na operação e exportada para o sistema elétrico nacional (% e MWh)
- d. Emissões de gases de efeito estufa com base em análise de ciclo de vida das emissões de biocombustível produzidos, incluindo escopo, ferramenta, e metodologia para alocação das emissões de GEE;
- e. Evidência de avaliação da Colombo Agroindústria frente a *Exigência 2: risco de impacto indireto no uso da terra*;
- f. *Evidência que a cana adquirida de terceiros não é proveniente de áreas em que houve conversão de vegetação nativa recentemente*;
- g. Avaliação sobre o uso de matérias primas que atendem a melhores práticas ambientais e sociais *Exigência 4*.

O cumprimento dos compromissos aqui descritos será verificado pela SITAWI em até um ano após a emissão do CRA.

Dessa maneira, concluímos que a Colombo Agroindústria definiu de maneira clara o conteúdo e a forma de reporte dos indicadores financeiros e ambientais a serem comunicados aos credores e demais *stakeholders*.

4. Performance Socioambiental da Colombo Agroindústria

A Colombo Agroindústria S.A teve sua fundação na década de 1940, atuando no ramo de cana de açúcar, gerando como produtos etanol, açúcar e cogeração de energia. Atualmente conta com três unidades industriais, nas cidades de Ariranha, Palestina e Santa Albertina, todas localizadas no estado de São Paulo, totalizando 119.331 hectares de área cultivada.

Os processos de produção de açúcar e etanol seguem padrões de qualidade, de acordo as legislações nacionais vigentes. As usinas da Colombo são certificadas pelas normas NBR ISO9001 (padrão de qualidade dos processos), ISO14001 sobre gestão ambiental e a FSSC 22000, que estabelece padrões de controle internacionais sobre segurança dos alimentos. As certificações geram valor para os stakeholders, mostrando o compromisso da empresa com a melhoria contínua de seus produtos e processos.

A unidade Ariranha, localizada em Estrada Ariranha à Catanduva, s/n, Fazenda Bela Vista, Bairro Moreira – Ariranha/SP e inscrita sob o CNPJ 44.330.975/0001-53 é considerada a matriz da empresa.

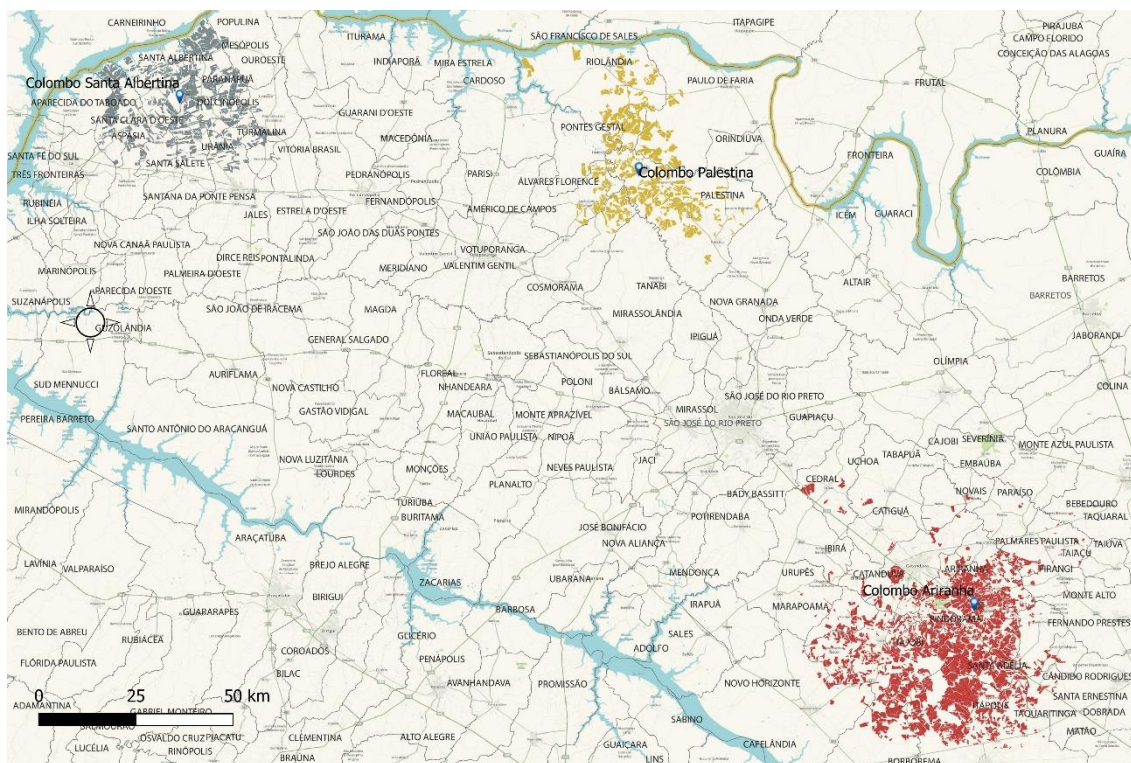
A segunda unidade, Palestina, é uma filial da empresa localizada em Estrada Municipal Palestina à Pontes Gestal S/N, Bairro Pontal ou Lageado – Palestina/SP e inscrita sob o CNPJ 44.330.975/0022-88.

A terceira e última é a filial Santa Albertina, localizada em Estrada Santa Albertina à Paranapuã, S/N, Km 4,2, Bairro Córrego do Arara – Santa Albertina/SP e inscrita sob o CNPJ 44.330.975/0025-20.

A tabela a seguir apresenta alguns indicadores de produção das unidades da Colombo Agroindústria relativos à safra de 2020.

Unidade	Cana processada (mil toneladas)	Etanol (milhões m ³)	Energia (GWh)
Ariranha	5.290	195	174
Palestina	1.704	144	8
Santa Albertina	1.974	152	84

A localização das unidades e as áreas de plantação de cana da Colombo Agroindústria são apresentadas na Figura 1.



LEGENDA

- Área de cana - Santa Albertina
- Área de cana - Palestina
- Área de cana - Ariranha



Figura 1: Localização do projeto
 Fonte de dados: Colombo Agroindústria
 Elaboração: SITAWI

De modo geral, a performance socioambiental da Colombo Agroindústria e da operação de seus empreendimentos é confortável. Dentre as dimensões avaliadas, destacam-se os seguintes resultados:

- Desempenho avaliado como “confortável” nas dimensões “Ambiental” e “Gestão Socioambiental” e “satisfatório” nas dimensões “Comunidades” e “Trabalhadores”
- Os empreendimentos não estão envolvidos em controvérsias.

Ambiental



Confortável

- **Licenciamento e áreas protegidas (IFC-PS n°6):** Todas as unidades possuem Áreas de Preservação Permanente (APP) em seu perímetro, de acordo com os mapas ambientais fornecidos pela empresa. Apesar disso, a empresa apresentou licenças ambientais de operação para as 3 localidades e o status dessas licenças estão descritos abaixo:

- Ariranha: LO n° 14008585, válida até 23/08/2021
- Palestina: LO n° 14008336, válida até 07/12/2020
- Santa Albertina: LO n° 62001314, válida até 31/01/2021

Apesar de a licença operacional para a unidade Palestina estar vencida, a empresa forneceu o protocolo de renovação da licença, emitido em 17/07/2020. Para a unidade Santa Albertina, a Colombo também enviou evidências de que já entrou com o pedido de renovação da licença, que expira no fim de janeiro/2021.

Além disso, a empresa apresentou certificados Etanol Mais Verde para os 3 empreendimentos, onde assume o compromisso de implementar as Diretivas Técnicas descritas no Protocolo Agroambiental Etanol Mais Verde, firmado entre o Governo do Estado de São Paulo, representado pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento, pela Secretaria do Meio Ambiente e pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, e pelo setor Sucroenergético, representado pela União da Indústria da Cana-

de-açúcar - UNICA e pela Organização de Plantadores de Cana da Região Centro-Sul do Brasil – ORPLANA. Todos esses certificados estão válidos até 15/04/2021.

Além disso, a empresa apresentou outorgas para captação de água superficial e subterrânea para as 3 unidades mencionadas. As 3 unidades apresentaram o certificado SGS RenovaBio de Produção Eficiente de Biocombustíveis, válidos até 2023.

A empresa dispõe de alguns mecanismos para prevenção e mitigação de impactos ambientais. O primeiro exemplo disso é seu plano de Manejo Agronômico, que inclui tópicos como conservação e correção do solo. Além disso, a empresa possui para cada um dos três projetos um Plano de Prevenção à Incêndios (PPI), que discorre sobre os equipamentos disponíveis ao combate de incêndios e procedimentos a serem adotados. Ademais, a empresa forneceu evidências de investigações de acidente, Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, certificados de gestão da qualidade e gestão ambiental e contrato de monitoramento de fauna aquática, realizada por uma empresa terceirizada. Todas essas evidências demonstram o grau que a empresa adota com relação à mitigação de impactos ambientais. A empresa apresentou um plano de gerenciamento de riscos que aborda questões socioambientais, além de informar que todas as áreas agrícolas de propriedade da empresa estão de acordo com o Código Florestal Brasileiro e cadastradas no Cadastro Ambiental Rural (CAR), havendo a intenção de aplicar o Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD) a tais áreas. Já nas áreas arrendadas, a Colombo informou que a regularização da propriedade é de responsabilidade do dono e que, no momento da contratação ou renovação de arrendamento, evidências de regularização são solicitadas.

A empresa apresentou inscrições no CAR para a maioria das fazendas que fazem parte dos empreendimentos (Ariranha, Palestina e Santa Albertina). Isto pode indicar que, para as fazendas que não apresentaram o CAR, os cadastros ainda não foram efetuados, foram cancelados ou ainda não migraram para a base federal do SICAR.

- **Impacto na biodiversidade local (IFC-PS nº6):** Não foram identificados impactos sobre a biodiversidade local. A empresa forneceu evidências do relatório de atendimento às condicionantes das licenças de operação para as 3 unidades. Com relação a unidade Ariranha, foi constatado que 3 de 6 caldeiras ultrapassaram os valores de emissão de material particulado frente aos padrões definidos nos estudos ambientais. Com relação à óxidos de nitrogênio, todas as caldeiras apresentaram conformidade ambiental. Tendo isso em vista, a empresa executou um plano de ação corretivo na entressafra 2018/2019, e seu cumprimento foi observado ao longo de 2019 (dado mais recente fornecido pela empresa). As etapas do processo incluíram a verificação dos multiciclones em relação a dutos e chaparia, inspeção do corpo do lavador de gás, entre outras. O mesmo ocorreu com a unidade Palestina, onde o relatório apontou que, em 2019, as emissões de material particulado foram maiores que as estipuladas no estudo ambiental, mas as de óxido de nitrogênio se mantiveram dentro dos padrões. Nesse caso, a empresa apenas aderiu à modelagem de dispersão do poluente, já que segundo o relatório, a ultrapassagem dos valores de referência se deu de maneira pontual e não caracteriza as condições operacionais do equipamento. A unidade Santa Albertina ficou dentro dos padrões nos dois quesitos.
- **Resíduos e ciclo de vida do projeto (IFC-PS nº3):** A empresa apresentou seu Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), que tem por objetivo, nas palavras da empresa, “minimizar a geração de resíduos na fonte, adequar à segregação na origem, controlar e reduzir riscos ao meio ambiente e assegurar o correto manuseio e disposição final”. Além disso, foram fornecidas evidências do tratamento de resíduos agrícolas, que demonstram que estes materiais são enviados para cooperativas e empresas terceirizadas que realizam o descarte final dos resíduos. Foram apresentados certificados de movimentação de resíduos de interesse ambiental – que são resíduos monitorados pela CETESB (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo), como por exemplo resíduos biodegradáveis, solúveis em água e outros – emitidos pelas empresas parceiras da Colombo e descrição dos materiais descartados como evidência desse manejo.

Comunidades



Confortável

- **Diálogo com comunidades no entorno (IFC-PS nº4):** A empresa afirmou que suas atividades não impactam nas comunidades inseridas em seu raio de atuação e, portanto, não há necessidade de se estabelecer programas de mitigação de impactos em comunidades locais. A empresa afirmou que não existem ações impetradas contra a companhia por parte de comunidades dentro de seu raio de atuação.
 - **Impacto em comunidades tradicionais (IFC-PS nº7):** As operações da empresa não geram impacto sobre comunidades tradicionais.
-

-
- **Reassentamento involuntário (IFC-PS nº5):** A empresa afirmou que não houve reassentamento involuntário e nem conflitos envolvendo propriedade de terras em sua área de atuação.
 - **Impacto em sítios arqueológicos e culturais (IFC-PS nº8):** A empresa forneceu pareceres do IPHAN para os três empreendimentos (Ariranha, Palestina e Santa Albertina), onde o órgão se mostrou de acordo com o licenciamento no que tange a preservação de patrimônios arqueológicos.
-

Trabalhadores



Confortável

- **Condições de trabalho de empregados diretos e terceirizados (IFC-PS nº2):** A empresa afirmou que todos os seus empregados estão sob o regime CLT.

A empresa forneceu evidências do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) para as unidades de Ariranha e Santa Albertina e, além do PCMSO, apresentou também o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) para a unidade Palestina.

Além disso, a empresa forneceu evidências de seu Plano de Gestão, que aborda diversos tópicos sobre gestão de condições trabalhistas, como Planejamento e Controle Operacionais, Política de Gestão da Qualidade, meio ambiente, segurança de alimentos e a segurança e saúde ocupacional, entre outros.

A empresa forneceu evidências de seu procedimento administrativo para contratação de mão de obra de terceiros, do processo de qualificação dos fornecedores e do processo de compras e especificação de serviços. Apesar de 90% da produção de cana se desenvolver em terras próprias da Colombo, a relação com fornecedores externos é abordada nas políticas da empresa. O primeiro documento citado discorre sobre diretrizes de Saúde, Segurança e Meio Ambiente aplicados às empresas contratadas, visando o melhor gerenciamento de fornecedores nesses quesitos, e afirma ainda que as empresas contratadas serão avaliadas pela qualidade dos serviços e de sua atuação nesses indicadores. O documento aborda diversas obrigações para a contratada, como o estabelecimento de ordens de serviço, da CIPA (Comissão Interna para Prevenção de Acidentes), medidas de proteção como obrigatoriedade no uso de equipamentos de proteção quando aplicável, implementação de programas como PCMSO, PPRA e PCMAT, entre outros.

O processo de qualificação de fornecedores, por sua vez, tem como objetivo a qualificação de fornecedor de matéria-prima, insumos, materiais de embalagem, materiais diversos, peças, equipamentos e serviços utilizados na indústria. Esse processo descreve o fluxograma estabelecido para homologação dos fornecedores, demonstrando o processo de pesquisa e análise de documentos feito pela empresa a fim de completar a avaliação dos fornecedores.

Por último, o processo de compra e especificação de serviços estabelece requisitos técnicos para compra de serviços que possam impactar na segurança de alimentos, como transporte, manutenção e serviços de alimentação. Nele, a Colombo expressa diversos requisitos a serem observados para os serviços citados, como as condições do veículo transportador dos alimentos, comprovações de exames e procedimentos de higienização e recebimento de mercadorias para os serviços de alimentação, e outras obrigações diversas.

Além dos citados, a Colombo também apresentou um documento contendo requisitos para fornecedores de produtos críticos para sistema de gestão ambiental. Nesse documento, a empresa explicita seus procedimentos de orientação no relacionamento com tais fornecedores de produtos e serviços críticos, como produtos de origem florestal, transporte de cargas perigosas e outros. Para isso, as etapas a serem seguidas estão bem definidas nessa política, e englobam a checagem e acompanhamento das licenças dos fornecedores, verificação de laudos, identificação de conformidade com requisitos legais aplicáveis e outros.

- **Ações de não-discriminação na contratação e ambiente de trabalho (IFC-PS nº2):** O código de ética da empresa aborda o tema da discriminação, onde a Colombo afirma que “não admite, dentro de sua área de influência, qualquer tipo de discriminação, seja por gênero, ideologia, etnia, idade, estado civil, aparência física, nacionalidade, religião, deficiência, orientação sexual, tipo de contrato de trabalho e de filiação a sindicatos e partidos políticos.”
-

Gestão socioambiental



Confortável

- **Sistema de gestão socioambiental (IFC-PS nº1):** O Manual do Sistema de Gestão Integrado da empresa cobre áreas como Meio Ambiente, Sistema de Gestão da Qualidade, Ambiental e Segurança de Alimentos e outros. Além disso, a empresa possui políticas de responsabilidade social e está envolvida em projetos sociais, fornecendo evidências dessas atividades, como o programa “Jovem agricultor do futuro”, que é uma parceria entre o Governo Federal e o Serviço Nacional de
-

Aprendizagem Rural (SENAR), voltado para a formação de mão de obra para a agroindústria através da educação de jovens entre 14 e 18 anos incompletos. O programa foi implementado nas 3 unidades da empresa.

A companhia conta com um coordenador de meio ambiente, um analista de gestão em meio ambiente júnior, um engenheiro florestal e um técnico ambiental. A empresa apresentou certificados de sistema de gestão ambiental e de qualidade de acordo com as normas ISO 14001:2015 e ISO 9001:2015, válidos até 2023.

- **Transparência (IFC-PS nº1):** A empresa possui Relatório de Sustentabilidade de 2018, e informou que está em fase de conclusão do relatório referente à safra 2019/2020, contendo informações acerca da performance socioambiental da empresa.
-

Não foram identificadas controvérsias ou casos que geraram exposição negativa da Colombo Agroindústria na mídia.

Por meio dessa análise, concluímos que a Colombo Agroindústria possui práticas ASG confortáveis e *know how* técnico de suas atividades. Além disso, a empresa não possui envolvimento em casos controversos em seu histórico recente. Sendo assim, concluímos que a empresa tem plena capacidade de medir, prevenir, mitigar e compensar riscos e sustentar as condicionantes que a permitem receber recursos de um CRA Verde.

Green Bond Principles Form

Green Bond / Green Bond Program

External Review Form

Section 1. Basic Information

Issuer name: Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. (EcoAgro), backed by receivables from Colombo Agroindústria

Review provider's name: SITAWI

Completion date of this form: 28/Jan/2021

Publication date of review publication: February 2022 (estimated)

Section 2. Review overview

SCOPE OF REVIEW

The review assessed the following elements and confirmed their alignment with the GBPs:

- | | |
|--|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> Use of Proceeds | <input checked="" type="checkbox"/> Process for Project Evaluation and Selection |
| <input checked="" type="checkbox"/> Management of Proceeds | <input checked="" type="checkbox"/> Reporting |

ROLE(S) OF REVIEW PROVIDER

- | | |
|---|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> Consultancy (incl. 2nd opinion) | <input type="checkbox"/> Certification |
| <input type="checkbox"/> Verification | <input type="checkbox"/> Rating |
| <input type="checkbox"/> Other (please specify): | |

EXECUTIVE SUMMARY OF REVIEW

According to SITAWI, EcoAgro's Green Agri ABS (Green CRA) issuance is aligned with the Green Bond Principles and thus eligible to market as a Green Bond. EcoAgro will allocate the proceeds to Colombo Agroindústria's sugarcane ethanol production, which are sustainably managed and therefore are eligible assets to issue a Green Bond. Colombo Agroindústria's operations have a comfortable ESG performance.

Section 3. Detailed review

1. USE OF PROCEEDS

Overall comment on section: The securitization term sheet indicates that the proceeds will be fully allocated to the production of biofuels from sugarcane. This project meets the eligibility requirements as they fall under 'Bioenergy' classification under 'Energy' head of the Climate Bonds Taxonomy and also is aligned with GBP.

Use of proceeds categories as per GBP:

- | | |
|--|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> Renewable energy | <input type="checkbox"/> Energy efficiency |
|--|--|

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Pollution prevention and control | <input type="checkbox"/> Sustainable management of living natural resources |
| <input type="checkbox"/> Terrestrial and aquatic biodiversity conservation | <input type="checkbox"/> Clean transportation |
| <input type="checkbox"/> Sustainable water management | <input type="checkbox"/> Climate change adaptation |
| <input type="checkbox"/> Eco-efficient products, production technologies and processes | <input type="checkbox"/> Other (<i>please specify</i>): |
| <input type="checkbox"/> Unknown at issuance but currently expected to conform with GBP categories, or other eligible areas not yet stated in GBPs | |

2. PROCESS FOR PROJECT EVALUATION AND SELECTION

Overall comment on section (if applicable): EcoAgro's securitization term sheet specifies that the proceeds will be allocated to production of biofuel (sugar-cane ethanol) and renewable energy generation. The GHG emissions intensity, indirect impacts on land use, environmental practices of feedstock used and adaptation/resilience against climate change were assessed in order to determine eligibility as a Green/Climate Bond. This process is established by the Climate Bonds Standards' Bioenergy Criteria.

Evaluation and selection

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Defined and transparent criteria for projects eligible for Green Bond proceeds | <input checked="" type="checkbox"/> Documented process to determine that projects fit within defined categories |
| <input type="checkbox"/> Summary criteria for project evaluation and selection publicly available | <input type="checkbox"/> Other (<i>please specify</i>): |

Information on Responsibilities and Accountability

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Evaluation / Selection criteria subject to external advice or verification | <input checked="" type="checkbox"/> In-house assessment |
| <input type="checkbox"/> Other (<i>please specify</i>): | |

1. MANAGEMENT OF PROCEEDS

Overall comment on section (if applicable): EcoAgro's securitization term sheet ensures that all proceeds will be directed to biofuel production. The issuance will be backed by debentures issued by Colombo Agroindústria, a Brazilian biofuel producer. Proceeds may have temporary allocation in low-risk investments, such as Certificates of Bank Deposits (a low risk instrument that finances the operation of a bank as a whole). Thus, there is no direct risk of financing carbon intensive activities. The issuance may amount to R\$ 360 million, which represents 69.5% of Colombo Agroindústria's ethanol production costs for the next crop year (2021/2022).

Tracking of proceeds:

- Green Bond proceeds segregated or tracked by the issuer in a systematic manner
- Disclosure of intended types of temporary investment instruments for unallocated proceeds
- Other (*please specify*):

Additional disclosure:

- | | |
|---|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> Allocations to future investments only | <input type="checkbox"/> Allocations to both existing and future investments |
| <input type="checkbox"/> Allocation to individual disbursements | <input checked="" type="checkbox"/> Allocation to a portfolio of disbursements |
| <input checked="" type="checkbox"/> Disclosure of portfolio balance of unallocated proceeds | <input type="checkbox"/> Other (<i>please specify</i>): |

4. REPORTING

Overall comment on section (if applicable): Colombo Agroindústria will publicly report the financial statements on its website. The company will disclose the allocated amounts to the Green CRA every year until maturity. The company will also disclose the lifecycle GHG emissions intensity of its biofuel, the output of sugar vs fuel per crop year, co-generated biomass power used in production vs exported to grid, indirect impacts on land use, and environmental standards of used feedstock. The first-year report will receive a post-issuance review by SITAWI.

Use of proceeds reporting:

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Project-by-project | <input checked="" type="checkbox"/> On a project portfolio basis |
| <input checked="" type="checkbox"/> Linkage to individual bond(s) | <input type="checkbox"/> Other (<i>please specify</i>): |

Information reported:

- | | |
|---|---|
| <input checked="" type="checkbox"/> Allocated amounts | <input checked="" type="checkbox"/> GB financed share of total investment |
| <input type="checkbox"/> Other (<i>please specify</i>): | |

Frequency:

- | | |
|--|--------------------------------------|
| <input checked="" type="checkbox"/> Annual | <input type="checkbox"/> Semi-annual |
| <input type="checkbox"/> Other: | |

Impact reporting:

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Project-by-project | <input checked="" type="checkbox"/> On a project portfolio basis |
| <input checked="" type="checkbox"/> Linkage to individual bond(s) | <input type="checkbox"/> Other (<i>please specify</i>): |

Frequency:

- | | |
|---|--------------------------------------|
| <input checked="" type="checkbox"/> Annual | <input type="checkbox"/> Semi-annual |
| <input type="checkbox"/> Other (<i>please specify</i>): | |

Information reported (expected or ex-post):

- | | |
|--|---|
| <input checked="" type="checkbox"/> GHG Emissions / Savings | <input type="checkbox"/> Energy Savings |
| <input checked="" type="checkbox"/> Other ESG indicators: <i>GHG emissions intensity, sugar and fuel output, co-generated biomass power consumed vs exported, indirect impacts</i> | |

*on land use, environmental standards
of used feedstock*

Means of Disclosure

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Information published in financial report | <input type="checkbox"/> Information published in sustainability report |
| <input checked="" type="checkbox"/> Information published in ad hoc documents | <input checked="" type="checkbox"/> Company's website |
| <input type="checkbox"/> Reporting reviewed (<i>if yes, please specify which parts of the reporting are subject to external review</i>): | |

Where appropriate, please specify name and date of publication in the useful links section.

USEFUL LINKS (*e.g. to review provider methodology or credentials, to issuer's documentation, etc.*)

<http://www.usinacolombo.com.br/>

ABOUT ROLE(S) OF REVIEW PROVIDERS AS DEFINED BY THE GBP

- (i) Consultant Review: An issuer can seek advice from consultants and/or institutions with recognized expertise in environmental sustainability or other aspects of the issuance of a Green Bond, such as the establishment/review of an issuer's Green Bond framework. "Second opinions" may fall into this category.
- (ii) Verification: An issuer can have its Green Bond, associated Green Bond framework, or underlying assets independently verified by qualified parties, such as auditors. In contrast to certification, verification may focus on alignment with internal standards or claims made by the issuer. Evaluation of the environmentally sustainable features of underlying assets may be termed verification and may reference external criteria.
- (iii) Certification: An issuer can have its Green Bond or associated Green Bond framework or Use of Proceeds certified against an external green assessment standard. An assessment standard defines criteria, and alignment with such criteria is tested by qualified third parties / certifiers.
- (iv) Rating: An issuer can have its Green Bond or associated Green Bond framework rated by qualified third parties, such as specialized research providers or rating agencies. Green Bond ratings are separate from an issuer's ESG rating as they typically apply to individual securities or Green Bond frameworks / programmes.

Anexo I – Avaliação das práticas da Colombo Agroindústria e do Protocolo Etanol Mais Verde frente às exigências do critério de Bioenergia do Climate Bonds Standard

Tema	Exigências da certificação Etanol Mais Verde e boas práticas correlatas da Colombo Agroindústria S.A.
Áreas de proteção prioritárias	<p>Protocolo Etanol Mais Verde: estabelece observância às boas práticas de conservação, a Resolução Conjunta SMA/SAA - 3, de 6-4-2018 que regulamenta as diretrizes técnicas do protocolo, pede que (i) áreas de plantio de cana e produção de etanol estejam regularizadas, em adequação à L12651/12¹¹, (ii) restauração de áreas de APP, com reporte ao Sistema Informatizado de Apoio à Restauração Ecológica (SARE) e (iii) eliminação da queima para a depalha e (iv) adotar medidas de proteção à fauna, devido a sua importância para a biodiversidade, incluindo a capacitação de sua equipe técnica para adoção de procedimentos adequados no encontro com animais silvestres.</p> <p>Boas Práticas da empresa: as áreas agrícolas não se encontram em áreas consideradas patrimônio arqueológico, cultural ou histórico e não impacta comunidades tradicionais.</p> <p>A empresa informa que não suprime vegetação nativa e precisaria de uma autorização especial da CETESB para fazê-lo. Segundo informado pela empresa, a única autorização que hoje é solicitada ao órgão quando necessário é a “Autorização de Corte de Árvores Isoladas” emitida pela CETESB que permite apenas a erradicação de árvores situadas isoladamente no interior da propriedade e fora de área de preservação permanente. Esta autorização apenas é deferida quando há justificativa técnica e há a compensação ambiental para cada indivíduo solicitado.</p> <p>A empresa verifica a conformidade das áreas de produção com o Código Florestal através do Cadastro Ambiental Rural (CAR). A empresa não estabelece data de corte para desmatamento em relação a compra de cana, pois só adquire de áreas que eram previamente ocupadas com grãos ou pastagens.</p> <p>A Colombo Agroindústria possui três unidades, nas cidades de Ariranha, Palestina e Santa Albertina e em cada uma delas detém Licenças de Operação. Em Ariranha a licença nº 14008585 está válida até 23/08/2021, em Palestina a licença nº 14008336 tem validade até 07/12/2020, e na unidade de Santa Albertina há a licença de nº 62001314 com validade até 31/01/2021. Para a unidade de Palestina que, cuja licença expirou, já foi encaminhado pedido de renovação.</p> <p>De acordo com as informações enviadas pela empresa, ocorreram queimadas criminosas em áreas de cana de açúcar. Para remediar esse tipo de situação, a empresa informa manter uma Brigada Interna de combate a incêndios tanto em vegetação quanto industrial e participa de Plano de Auxílio Mútuo (PAM) entre empresas da região.</p>

¹¹ A Lei no 12.651/2012 estabelece diretrizes para a proteção de vegetação nativa classificadas com Áreas de Proteção Permanente (APP) e Reserva Legal (RL). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm

<p>Emissões de gases de efeito estufa (GEE)</p>	<p>Protocolo Etanol Mais Verde: exige a eliminação do emprego do fogo como método agrícola pré-colheita para despalha da cana-de-açúcar nas áreas mecanizáveis e não mecanizáveis, incluindo áreas de expansão de canavial.</p> <p>Boas Práticas da empresa: a empresa realiza medições anuais nas caldeiras para material particulado e óxidos nitrosos, gases relacionados com o efeito estufa, para envio de relatório para a CETESB, de acordo com as exigências das licenças de operação ambientais das três unidades.</p> <p>Desde 2013 nenhuma das unidades da Colombo utiliza mais o fogo como prática de colheita. Outras tecnologias também foram introduzidas, como por exemplo a renovação de frotas de caminhões, que foram substituídos ao longo do tempo por veículos com motores mais modernos e eficientes.</p> <p>A empresa realiza o monitoramento da qualidade do ar nas usinas e em pontos estratégicos nos arredores. Para estudos em relação às emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) do ciclo de vida do biocombustível, foi utilizada a metodologia da calculadora RenovaCalc.</p> <p>As emissões de GEE da produção e consumo do etanol hidratado das unidades Ariranha, Palestina e Santa Albertina foram calculadas em, respectivamente, 19,6, 20,1 e 18,2 gCO₂e/MJ, de acordo com calculadora RenovaCalc.</p>
<p>Uso indireto da terra</p>	<p>Protocolo Etanol Mais Verde: exige observância a legislação ambiental, que por sua vez regula temas como supressão vegetal. Contudo, não possui diretrizes específicas para esse tópico.</p> <p>Boas Práticas da empresa: as áreas de plantação de cana estão localizadas em áreas já anteriormente cultivadas. A empresa informou que anteriormente à cultura da cana-de-açúcar, as principais culturas foram, café, pastagem, laranja e pequenas culturas como por exemplo, tomate e goiaba.</p> <p>Caso haja aumento de área agrícola, o mesmo se daria totalmente em área já agricultável e autorizada para o mesmo no Cadastro Ambiental Rural (CAR).</p> <p>O aumento da área dedicada a cana de açúcar não afeta a produção das demais culturas na região. No estado de São Paulo, de acordo com dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), entre as safras de 2015/2016 e 2018/2019, a área dedicada ao cultivo de arroz, feijão, soja e milho cresceu 9,1%, enquanto a área dedicada ao cultivo de cana de açúcar reduziu em 1,6%. A quantidade desses alimentos produzida (em toneladas) em SP cresceu 16,8% no mesmo período, enquanto a de cana reduziu em 9,4%. Assim, os dados históricos regionais não mostram expansão de áreas de cana em detrimento da produção de alimentos.</p>
<p>Uso de produtos químicos</p>	<p>Protocolo Etanol Mais Verde: exige e verifica boas práticas relativas ao uso de pesticidas, tais como gerenciamento adequado, treinamento para funcionários, uso de equipamentos de segurança e monitoramento de empresas terceirizadas responsáveis pela pulverização desses produtos.</p>

	<p>Boas Práticas da empresa: são realizadas as intervenções somente quando estritamente necessário, através de aplicações via sulco de plantio, pulverizações terrestres (corte de soqueira ou barras) e aéreas.</p> <p>A empresa utiliza adubação usando minerais (p. ex Molibdato de Amônio e Ácido Bórico), herbicidas e também controle biológico. A pulverização aérea é realiza por empresa terceirizada com o produto da empresa, e esta é licenciada pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC). Ademais, o descarte das embalagens de químicos é feito de forma adequada, usando entre outras técnicas, o piloto-automático, equipamentos de aplicação de insumos agrícola com controle de dosagem ou com taxa variável.</p> <p>A empresa utiliza defensivos agrícolas, herbicidas e inseticidas que apesar de aprovados pelo Ministério da Agricultura, porém nos critérios da Organização Mundial de Saúde (OMS) tem classificação I ou II (alta e moderada toxicidade)¹², listados em seguida. Substâncias de pouco perigo ao ambiente não foram listadas.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Altacor, que possui Chlorantraniliprole (CAS¹³ 500008-45-7) • Ampligo, que possui Chlorantraniliprole e Lambda cialotrina (CAS 91465-08-6) • Clomazona (CAS 81777-89-1) • Flumioxazina (CAS 103361-09-7) • Engeo pleno, que possui Tiametoxam (CAS 153719-23-4)
Controle de pragas	<p>Protocolo Etanol Mais Verde: exige observância a legislação vigente sobre o uso e o manejo adequado de agrotóxicos, incluindo Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho e Emprego NR-31 e as disposições da Lei Federal 7.802, de 11-07-1989. Outra exigência da certificação é a comunicação com as cooperativas/associações de apicultores, para obter mapeamento dos apiários na sua região de atuação, visando a segurança das pessoas e dos próprios insetos.</p> <p>Boas Práticas da empresa: a empresa informou que pratica manejo integrado de pragas e possui um plano de controle biológico para combate a pragas.</p> <p>A empresa monitora a presença de pragas de solo (p. ex. Migdolus Fryanus e Sphenophorus levis) e aéreas, como broca-da-cana (<i>Diatraea sacharallis</i>) e da cigarrinha das raízes (<i>Mahanarva fimbriolata</i>). As intervenções nesse sentido são realizadas somente quando há um potencial de dano elevado.</p> <p>A remediação de pragas de cana ocorre tanto através de parasitas como a Cotésia e o Metharizo, quanto através do uso de Engeo pleno (2l/ha). O Engeo pleno é composto de Tiametoxam (CAS 153719-23-4) e Lambda cialotrina (CAS 91465-08-6), ambos aceitos pelo Ministério da Agricultura Brasileiro classificados como moderadamente danosos ao ambiente e saúde (nível II de risco pela OMS).</p>

¹² The WHO Recommended Classification of Pesticides by Hazard. Disponível em:

https://www.who.int/ipcs/publications/pesticides_hazard/en/

¹³ O Chemical Abstract Service Registry Number (CAS) se refere ao número de registro internacionalmente aceita para registrar substâncias químicas.

<p>Controle de fertilizantes</p>	<p>Protocolo Etanol Mais Verde: exige a contratação de empresas prestadoras de serviços que atendam à legislação em vigor referente à pulverização aérea de agrotóxicos e outros tipos de defensivos agrícolas, contemplando as boas práticas para sua aplicação. Alguns dos cuidados pedidos são distância mínima de aplicação em: (i) 500 metros de povoações, cidades, vilas, bairros, de mananciais de captação de água para abastecimento de população; (ii) 250 metros de mananciais de água, moradias isoladas e agrupamentos de animais.</p> <p>Boas Práticas da empresa: para o trato cultural da plantação de cana, a empresa passa por um processo de adubação, um passe de herbicida e outro de inseticida.</p> <p>A empresa também adota a rotação de culturas com soja e amendoim controle do tráfego de máquinas agrícolas, adubação com macro e micronutrientes considerando o tipo de solo, a época de adubação – tipo de adubo a aplicar, necessidades da cultura (a nível de material genético a ser usado) e seu potencial de produtividade.</p> <p>A empresa informou em questionário que, durante o processo de implantação da cultura, leva-se em consideração a fertilidade do solo de cada gleba, seja ela expansão ou reforma, onde será cultivado os canaviais. Seu relatório de manejo agrônomico informa ainda que essa decisão é tomada com base em levantamento e posterior análise do solo verificasse a concentração dos macronutrientes os quais serão fornecidos de acordo com a necessidade de cada área. O fornecimento de micronutrientes realiza-se de forma integral de acordo com a extração de cada elemento pela cultura, independente da sua concentração no solo.</p>
<p>Gestão do uso do solo</p>	<p>Protocolo Etanol Mais Verde: exige a implementação de um Plano Técnico de Conservação da Terra. O plano deve propor ações para evitar a erosão do solo, o manejo do solo para evitar a compactação do solo, entre outros.</p> <p>Boas Práticas da empresa: suas práticas de uso de solo são descritas em seu Plano de Manejo Agrônomico, onde são especificados os procedimentos para a gestão do uso do solo corre pelo preparo, plantio e tratos culturais adaptados ao solo regional, eliminando intervenções desnecessárias. Entre elas, podemos citar a introdução culturas temporárias (oleaginosas) como forma de rotação de cultura e preparo canterizado. A colheita do canavial é feita de forma totalmente mecanizada de modo a evitar impactos tanto atmosféricos quanto ao solo.</p>
<p>Gestão hídrica</p>	<p>Protocolo Etanol Mais Verde: exige implementação programa de controle da qualidade da água e reuso da água utilizada nos processos industriais, com vistas a atender os prazos legais e limites previstos no Zoneamento Agroambiental. A certificação estabelece ainda critérios específicos para o uso de água na produção: (i) apresentação de indicadores conforme Plano de Minimização de Consumo de Água, previsto na Resolução SMA 88, de 19-12-2008; (ii) utilização de limite máximo de 1 m³ (um metro cúbico) de água por tonelada de cana moída para os novos empreendimentos e ampliações; e (iii) utilização de limite</p>

	<p>máximo de 0,7 m³ (zero vírgula sete metros cúbico) de água por tonelada de cana moída para novos empreendimentos e ampliações.</p> <p>Boas Práticas da empresa: a ferramenta do Banco Mundial Think Hazard¹⁴ classifica as cidades de Ariranha, Palestina e Santa Albertina como de baixo risco para escassez de água. Segundo o Manual de Gestão Integrado (SGI) 4.0 de Janeiro 2020 da companhia, existe em vigor Sistema Gestão integrada Qualidade, Meio Ambiente e segurança de alimentos em conformidade com os requisitos das normas NBR ISO 9001, ISO 14001 e FSSC 22000.</p> <p>Do ponto de vista de compliance com normas legais ambientais, a empresa possui outorgas em vigor para uso da água superficial e subterrânea para as unidades de Ariranha, Palestina e Santa Albertina, deferidas pela Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos e Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, ambas do estado de São Paulo. As outorgas apresentadas abrangem tanto águas superficiais quanto subterrâneas, onde para as últimas a água é oriunda dos aquíferos Bauru e Guarani.</p> <p>Para a obtenção de outorgas é conduzida por parte da autoridade ambiental uma avaliação completa das necessidades de recursos hídricos e impactos de efluentes devem ser conduzidos, levando em consideração as necessidades das culturas, capacidade de retenção de água do solo, condições hidrológicas, demanda por consumo humano, e impactos que a água utiliza e descarga terá sobre a bacia hidrográfica, saúde comunitária e regional ecologia.</p> <p>A empresa informa em questionário tratar e reaproveitar todo seu efluente industrial e, por isso, consegue reduzir o consumo de água de fontes naturais. Na lavoura a captação de água de recursos hídricos é feita de forma autorizada é estritamente quando necessário.</p>
Bioinvasão	<p>Protocolo Etanol Mais Verde: não possui diretrizes específicas para esse tópico.</p> <p>Boas Práticas da empresa: a empresa não possui medidas em prática a respeito de identificação e mitigação de bioinvasão, mas realiza o controle biológico de pragas.</p> <p>A empresa informa em questionário não fazer uso de nenhuma espécie vegetal ou animal exóticos que possam contribuir ao desequilíbrio ambiental da região onde há a exploração de cana-de-açúcar.</p>
Extração de recursos de forma sustentável	<p>Protocolo Etanol Mais Verde: não possui diretrizes específicas para esse tópico.</p> <p>Boas Práticas da empresa: as matérias primas provêm de atividades agrícolas e não extrativas.</p> <p>A empresa não realiza supressão de vegetação. O corte de árvores isoladas é feito apenas quando necessário. Segundo informado pela empresa, a única autorização que hoje é solicitada ao órgão quando necessário é a “Autorização de Corte de Árvores Isoladas” emitida pela CETESB que permite apenas a erradicação de árvores situadas</p>

¹⁴ Disponível em: thinkhazard.org/en/

	<p>isoladamente no interior da propriedade e fora de área de preservação permanente.</p>
Gestão de resíduos	<p>Protocolo Etanol Mais Verde: exige a adição de boas práticas na aplicação, armazenamento e destinação das embalagens vazias de agrotóxicos, promovendo a tríplice lavagem, o treinamento adequado dos operadores e o uso obrigatório de equipamentos de proteção individual. Também exige um plano para melhorar a gestão dos subprodutos da cana de açúcar, como palha, vinhaça, entre outros. O uso desses subprodutos deve minimizar os impactos ambientais.</p> <p>Boas Práticas da empresa: os resíduos gerados do processo industrial são os subprodutos do processo, como torta, cinzas, vinhaça e bagaço de cana de açúcar. A torta e as cinzas são encaminhadas para o pátio de mistura e após misturados formando um composto orgânico são aplicados nas áreas agricultáveis como fertilizante orgânico e mineral em substituição aos industrializados. A vinhaça também é aplicada nas áreas que foram realizados o plantio ou corte da cana de açúcar. O bagaço de cana de açúcar é utilizado nas caldeiras para geração de energia.</p> <p>Todos os resíduos gerados nas usinas estão contemplados nos Plano de Gestão de Resíduos Sólidos (PGRS) das unidades. O PGRS das unidades também possui informações quanto ao treinamento da equipe para o descarte correto de resíduos A empresa também apresentou Certificados de Tratamento de Resíduo de Saúde para todas as unidades e par ao período de jan/2020 a out/2020.</p>
Saúde e segurança operacional	<p>Protocolo Etanol Mais Verde: para a manipulação de agrotóxicos o protocolo exige medidas de segurança e treinamento</p> <p>Boas Práticas da empresa: a empresa estabelece diretrizes de treinamento, saúde e segurança, uso de EPIs, possui Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) para todas as unidades. Para contratações de fornecedores e terceirizados a empresa veda práticas de trabalho escravo, infantil e degradante através de cláusulas contratuais, e também realizam inspeções periódicas nas frentes de trabalho terceiras.</p> <p>As atividades mapeadas nos processos produtivos que oferecem altos riscos (riscos de quedas, ambientes confinados, energia elétrica, explosões, etc), são gerenciados através de procedimentos específicos e gerenciamento de riscos, através da emissão pré-trabalho da Permissão de Trabalho (PT). Para atividades rotineiras e de baixo risco, são utilizadas as Análises Preliminar de Riscos de Bolso (APR's de Bolso).</p>
Comunidades indígenas e locais	<p>Protocolo Etanol Mais Verde: a certificação exige conformidade com a legislação e licenças ambientais em vigor. A presença de comunidades tradicionais e o plano de comunicação social dos projetos é matéria de estudo e análise para a aprovação do licenciamento ambiental.</p> <p>Boas Práticas da empresa: a produção das matérias primas não afeta direta ou indiretamente populações indígenas.</p>

Conformidade com o código ISEAL	Protocolo Etanol Mais Verde: não segue o código ISEAL ¹⁵ .
Envolvimento e participação de diversos stakeholders na criação do padrão	Protocolo Etanol Mais Verde: a Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo (CETESB) em parceria com representantes do setor sucroenergético (representados pela União da Agroindústria Canavieira do Estado de São Paulo) e de produtores de cana (Organização de Plantadores de Cana da Região Centro-Sul) criaram o Protocolo Etanol Mais Verde.
Inputs científicos na criação do padrão	Protocolo Etanol Mais Verde: o padrão foi desenvolvido por um corpo técnico com representantes da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e de produtores. Entretanto, não há evidências de corpo científico envolvido na elaboração do padrão.
Transparência, comunicação e relato	Protocolo Etanol Mais Verde: disponibiliza a lista de usinas e fornecedores no âmbito da certificação Etanol Mais Verde estão disponíveis publicamente no site do protocolo, assim como as diretrizes para certificação.
Reclamações e processos	Protocolo Etanol Mais Verde: desde o lançamento não houve alteração nos seus critérios e diretrizes.
Revisão periódica do padrão	Protocolo Etanol Mais Verde: desde o lançamento, não houve alteração nos seus critérios e diretrizes.
Padrão dá acreditação	Não
Consulta stakeholders no processo de acreditação e auditoria	Protocolo Etanol Mais Verde: o processo de certificação e renovação é avaliado por um comitê formado por representantes da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, Secretaria de Agricultura e Planejamento do Estado de São Paulo e representantes dos produtores de cana de açúcar (UNICA) ¹⁶ .
Auditoria requerida anualmente	Protocolo Etanol Mais Verde: o certificado do Etanol mais Verde deve ser revalidado anualmente.
Mecanismos de sanção	Protocolo Etanol Mais Verde: caso as usinas e produtores de cana não apresentem conformidade com as diretrizes da certificação, podem perder o selo.
Treinamento dos auditores e signatários	Protocolo Etanol Mais Verde: não há menção a esse tipo de treinamento nas diretrizes técnicas da certificação.

¹⁵ ISEAL é uma associação mundial para credibilidade de padrões de sustentabilidade. Seu código de desenvolvimento inclui princípios como sustentabilidade, melhorias, relevância, rigor, engajamento, imparcialidade, transparência, acessibilidade, veracidade e eficiência.

¹⁶ A Resolução Conjunta SMA/SAA Nº 04 , de 08 de Novembro de 2017, constitui o Grupo Executivo do Etanol Mais Verde. Disponível em: <https://smastr16.blob.core.windows.net/legislacao/2017/11/resolucaoconjunta-sma-saa-04-2017.pdf>

Anexo II - Método

A análise da SITAWI é baseada em uma metodologia proprietária, fundamentada em standards reconhecidos internacionalmente. Ela é composta de duas etapas:

- 1) Avaliação da Emissão – avaliar se a aplicação dos recursos possui potencial de impacto ambiental positivo, condizente com a condição de CRA Verde. Para isso, comparamos a emissão aos quatro componentes dos *Green Bond Principles (GBP)*.
 - Uso dos Recursos (Use of Proceeds): propósito do CRA e alinhamento desse com as categorias dos Green Bond Principles e da Climate Bonds Taxonomy;
 - Processo de Seleção e Avaliação de Projetos (Process for Project Evaluation and Selection): garantia de benefícios ambientais associados ao pagamento de dívida da empresa para financiamento de ativos florestais;
 - Gestão dos Recursos (Management of Proceeds): procedimento para gestão financeira dos recursos captados, para garantir a destinação para atividades elegíveis como verdes;
 - Relato (Reporting): Divulgação de informações sobre controle e alocação de recursos, bem como dos impactos positivos esperados das operações financiadas com os recursos.
- 2) Performance ASG da Empresa – avaliamos a empresa operadora do projeto de acordo com melhores práticas de sustentabilidade por meio de standards reconhecidos internacionalmente, como GRI¹⁷ e outros. Nesse contexto, os principais aspectos analisados são:
 - Políticas e práticas para medição, prevenção, mitigação e compensação dos riscos ASG de suas atividades;
 - Contribuição da empresa para o desenvolvimento sustentável e mitigação das mudanças climáticas;
 - Controvérsias¹⁸ que a empresa está envolvida.

Essa análise é composta de 3 dimensões e 10 temas, priorizados de acordo com a materialidade de cada tema para a empresa:

Políticas e práticas analisadas

Dimensão	Tema
Ambiental	<ul style="list-style-type: none">• Licenciamento e Áreas protegidas (IFC-PS nº6)• Impacto na biodiversidade local (IFC-PS nº6)• Utilização de materiais de menor impacto (IFC-PS nº3)• Resíduos e ciclo de vida do projeto (IFC-PS nº3)
Comunidades	<ul style="list-style-type: none">• Diálogo com comunidades no entorno (IFC-PS nº4)• Impacto em comunidades tradicionais (IFC-PS nº7)• Reassentamento involuntário (IFC-PS nº5)• Impacto em sítios arqueológicos e culturais (IFC-PS nº8)

¹⁷ <https://www.globalreporting.org/Pages/default.aspx>

¹⁸ O conceito de controvérsia é baseado na publicação "CONTROVÉRSIAS ASG 2017" (<https://www.sitawi.net/publicacoes/controversias-asg-2017/>). Que define controvérsias como fatos divulgados em veículos de mídia, manifestações de outros grupos de interesse, como grupos de trabalhadores e movimentos sociais, bem como decisões de órgãos fiscalizadores e reguladores.

Trabalhadores	<ul style="list-style-type: none"> • Condições de trabalho dos empregados diretos e terceirizados (IFC-PS nº2) • Ações de não-discriminação na contratação e ambiente de trabalho (IFC-PS nº2)
Gestão socioambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Sistema de gestão socioambiental (IFC-PS nº1) • Transparência (IFC-PS nº1)

Legendas

Nível da Asseguração

Níveis de asseguração

Níveis de asseguração	
Razoável	Uma avaliação na qual o risco de asseguração é aceitavelmente baixo dentro das circunstâncias do engajamento realizado. A conclusão é expressa de uma forma que transmite a opinião do profissional sobre o resultado da avaliação em relação aos critérios observados.
Limitado	Uma avaliação na qual o risco de asseguração do engajamento realizado é maior do que para um nível de asseguração razoável, porém ainda assim capaz de embasar os principais argumentos utilizados na análise.

Nível de performance do projeto/empresa

Superior

A empresa ou o projeto possui as melhores práticas naquela dimensão, se tornando referência para outras empresas no desempenho ASG por meio da busca de inovação e melhoria contínua, contribuindo assim de maneira relevante para o desenvolvimento sustentável, inclusive com compromissos de manter essa contribuição no longo prazo.

Confortável

O projeto ou a empresa cumpre os requisitos mínimos de conformidade com a legislação no tema específico, além de estar alinhado com padrões internacionais de sustentabilidade (ex: IFC Performance Standards e GRI), contribuindo de forma ampla para o desenvolvimento sustentável.

Satisfatório

O projeto ou a empresa cumpre os requisitos mínimos de conformidade com a legislação no tema específico.

Insuficiente

O projeto ou a empresa não cumpre os requisitos mínimos de conformidade com a legislação no tema específico.

Crítico

A empresa ou projeto não apresenta evidências de seu desempenho na dimensão específica.

Controvérsias

Nível de Severidade e Responsividade relacionado a controvérsias

Nível de Severidade

Pouco Significativo	Descumpre a lei e/ou afeta negativamente os <i>stakeholders</i> , mas não causa danos ou causa dano mínimo que não necessitam de remediação.
Significativo	Descumpre a lei e/ou afeta negativamente os <i>stakeholders</i> , sendo o nível de dificuldade e custo de remediação medianos.
Crítico	Descumpre a lei e afeta negativamente os <i>stakeholders</i> , sendo os danos irremediáveis ou com remediação difícil ou custosa.

Responsividade

Proativa	Além da empresa agir de maneira remediativa diante de uma controvérsia, ela adota medidas que vão além da sua obrigação. Adicionalmente, a empresa realiza procedimentos sistemáticos para evitar que o problema ocorrido se repita.
Remediativa	A empresa realiza as ações necessárias para correção dos danos e se comunica adequadamente com os <i>stakeholders</i> impactados.
Defensiva	A empresa realiza ações insuficientes para correção dos danos ou emite comunicado sem realização de ações corretivas.
Não-responsiva	Não há qualquer ação ou comunicação da empresa em relação à controvérsia.